

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VI | Volume 17 | Nº 49 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488



FAKE NEWS, SAÚDE E CAMPANHAS DE VACINAÇÃO CONTRA O SARAMPO: REVISÃO CONCEITUAL

Adriane Fátima De Boni¹

Airton Adelar Mueller²

Aline Benso³

Renata Torres de Sene⁴

Resumo

O tema das notícias falsas (fake news) tornou-se popular em meados da segunda década do século XXI. Seus significados, origens e impactos sociais são, todavia, ainda um fenômeno de baixa inteligibilidade, até mesmo nos meios acadêmicos. Isto posto, este estudo tem como objetivo apresentar uma revisão conceitual sobre a temática das notícias falsas relacionadas à saúde e campanhas de vacinação, sobretudo, ao sarampo. Para o estudo deste complexo fenômeno utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica. Empreendeu-se, particularmente, uma revisão narrativa da literatura. Como resultados apresenta-se, primeiramente, as raízes históricas das notícias falsas propriamente ditas (fake news). Em seguida, distingue-se o conceito de fake news de outros similares, como pós-verdade e desinformação. Na sequência, problematiza-se o surgimento da comunicação online e sua relação com as notícias falsas, situando-o no âmbito de transformações na esfera da comunicação social contemporânea. Aponta-se, também, elementos que permitem identificar associações entre fake news e a área da saúde, sobretudo, as campanhas de vacinação contra o sarampo. Por fim, traz-se possíveis respostas para o problema, a partir de contribuições recentes de entidades e grupos de combate à desinformação. O estudo concluiu que resistências à política de imunização vêm sendo desencadeadas e infladas por meio de fake News, o que, portanto, evidencia certa urgência em regulamentar as atividades desempenhadas nos ambientes virtuais.

Palavras-chave: Campanhas de Vacinação; Desinformação; Fake News; Sarampo.

321

Abstract

The topic of fake news became popular in the middle of the second decade of the 21st century. Its meanings, origins and social impacts remain, however, a phenomenon of low intelligibility, even in academic circles. Therefore, this study aims to present a conceptual review on the topic of fake news related to health and vaccination campaigns, especially measles. To study this complex phenomenon, a bibliographical research was used as a methodology. In particular, a narrative review of the literature was undertaken. As results, firstly, the historical roots of fake news itself (fake news) are presented. Next, the concept of fake news is distinguished from similar ones, such as post-truth and misinformation. Afterwards, the emergence of online communication and its relationship with fake news are problematized, placing it within the scope of transformations in the sphere of the contemporary social communication. Elements are also highlighted, allowing us to identify associations between fake news and the health sector, especially measles vaccination campaigns. Finally, are presented possible answers to the problem, based on recent contributions from entities and groups combating disinformation. This study concluded that resistance to the immunization policy has been triggered and inflated through fake news, which, therefore, highlights a certain urgency in regulating activities carried out in virtual environments.

Keywords: Disinformation; Fake News; Measles; Vaccination Campaigns.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). E-mail: adriane.boni@sou.unijui.edu.br

² Docente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Doutor em Sociologia pela Freie Universität. E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br

³ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). E-mail: aline.benso@sou.unijui.edu.br

⁴ Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). E-mail: renata.sene@sou.unijui.edu.br



INTRODUÇÃO

O advento da linguagem digital trouxe consigo maior amplitude para a produção e difusão de conteúdo informacional e para a circulação de mensagens e ideias das mais diversas. Isto, a despeito de todos os benefícios inegáveis para as atividades humanas, tem, gradativamente, apresentado desdobramentos complexos para setores como o da saúde pública, e de forma específica relacionados à vacinação. A ciência como um todo e a área da saúde em particular, enfrentam uma verdadeira avalanche de notícias falsas (*fake news*) e movimentos antivacina mundo afora. Notícias falsas, desinformação, pós-verdade, são palavras e conceitos muito em voga nos debates públicos e na academia. Muito embora constituam um mesmo contexto comunicacional contemporâneo, paira no ar um cenário de baixa inteligibilidade sobre seus significados específicos, sobre o próprio contexto que lhes deu origem e sobre possíveis desdobramentos e implicações de seu uso indiscriminado na área da saúde pública.

Trata-se de uma discussão relevante pela urgência com que as *fake news* afetam processos sociais dos mais diversos, conforme já registrado em estudos prévios, como, por exemplo (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015; ALLCOTT; GENTZKOW, 2016). Tais estudos fornecem fortes indícios de que a profusão de notícias falsas esteja associada à crescente resistência a vacinações e campanhas de imunização. Algumas consequências podem ser pontuadas relacionadas a esse contexto, dentre as quais a possibilidade de retorno de moléstias já erradicadas e de maneira dramática a morte de indivíduos, provocada por essas doenças. As *fake news* têm mostrado poder devastador sobre a saúde pública, como se tornou notório desde o início da pandemia do novo coronavírus no Brasil e em diversos outros países. Soma-se a isso o fato de que no Brasil registra-se o ressurgimento de doenças já erradicadas, como o sarampo e a poliomielite. A investigação desse fenômeno complexo evidencia-se de fundamental importância no sentido de permitir melhor compreensão dos elementos que caracterizam a influência das *fake news* na política de saúde, atividade fundamental para a elaboração de políticas públicas mais alinhadas às realidades que se inscrevem na sociedade.

Como objetivo macro deste estudo visa-se à construção de uma revisão conceitual sobre a temática das notícias falsas relacionadas à saúde e campanhas de vacinação, sobretudo, ao sarampo. Atingir tal objetivo demanda um conjunto de etapas intermediárias. Neste sentido, de maneira mais específica, objetiva-se realizar discussão de cunho teórico-conceitual sobre os significados do termo *Fake News* em si e suas raízes históricas, além de apresentar e discutir as distinções conceituais entre notícias falsas, pós-verdade e desinformação. Ademais, busca-se contextualizar o surgimento da



comunicação *online* e sua relação com as notícias falsas, situando tal contexto no âmbito de transformações na esfera da comunicação social contemporânea. Aponta-se, também, elementos que permitem identificar associações entre *fake news* e a área da saúde, sobretudo, as campanhas de vacinação contra o sarampo, no Brasil. Por fim, objetiva-se trazer possíveis respostas para o problema, a partir de contribuições recentes de entidades e grupos de combate à desinformação.

Enquanto método, a presente pesquisa se valeu de uma revisão narrativa da literatura (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014; ELIAS *et al.*, 2012; ROTHER, 2007). Nessa perspectiva, portanto: “os estudos que têm por finalidade a realização desta revisão permitem a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas” (VOSGERAU; ROMANOU, 2014, p. 167). Para tanto se realizou mapeamento inicial por meio do Google Acadêmico e da plataforma *Scientific Electronic Library Online* (Scielo). Isto permitiu assinalar um panorama geral do estado de arte do objeto de pesquisa, direcionar as próximas buscas para outras fontes, como Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), Ministério da Saúde, Fiocruz e periódicos especializados, nacionais e internacionais. Merecem destaque a Revista Eletrônica de Comunicação, Inovação & Informação em Saúde em interface com a Fundação Oswaldo Cruz, que publica elevado número de pesquisas relacionadas à política de imunização no Brasil; o periódico BOCA e os Livros Eletrônicos da editora IOLES que concentram diversas publicações atualizadas sobre o tema; o Portal Revista de Saúde Pública da USP, que publica contribuições científicas originais sobre temas relevantes para a saúde pública em geral. No âmbito dos periódicos estrangeiros sublinha-se o periódico “The Lancet”, que certamente é uma das mais relevantes revistas na área das ciências médicas. Outros periódicos foram utilizados como a revista *Vozes e Diálogos*, *American Journal of Public Health Immunization/Vaccines*, *Media*, *Revista Rumores*, *Ciência & Saúde Coletiva*, dentre outros importantes periódicos, conforme verificável ao longo do texto.

Os artigos foram selecionados utilizando os seguintes descritores: *fake news*, negacionismo científico, sarampo, desinformação, queda na cobertura vacinal. Para suscitar o fenômeno em tela no panorama internacional recorreu-se aos descritores em inglês (*fake news*, *scientific denialism*, *measles*, *misinformation*, *drop in vaccination coverage*) e em língua espanhola (*notícias falsas*, *negacionismo científico*, *sarampión*, *desinformación*, *caída de la cobertura de vacunación*). Tal procedimento resultou em uma amostra inicial de 118 artigos, uma vez que um total de 74 foram excluídos por não tratarem, em termos de conteúdo, diretamente do objeto desta pesquisa.

Um procedimento adicional, de segundo nível, foi utilizado para seleção de novos artigos, livros, teses, dissertações, reportagens e sítios eletrônicos. Trata-se de uma criteriosa análise das referências



bibliográficas listadas nos artigos mais recentes (2020 até 2023) que se apresentaram no procedimento anterior. Ambos os procedimentos permitiram identificar periódicos científicos específicos como relevantes publicadores da temática, conforme supracitado. As publicações mais recentes e aquelas que apareciam de maneira recorrente nas referências bibliográficas de outros pesquisadores do tema foram lidos na íntegra. A partir disso se passou à categorização e estruturação dos conteúdos em si. Se aglutinou tais conteúdos segundo os já mencionados objetivos específicos. É a partir deles que se estrutura também a exposição dos resultados, portanto, dos tópicos que constituem este estudo.

Em outras palavras, o texto que segue segmenta-se em cinco eixos, além das considerações finais: i) identificação dos significados e da origem do termo *fake news*; ii) distinções conceituais entre tópicos relacionados ao tema e geralmente tratados de maneira pouco criteriosa (*fake News*, desinformação, pós-verdade); iii) *fake News* e comunicação on-line; iv) associações entre *fake news* e a área da saúde; v) discussão de possíveis respostas aos efeitos deletérios da relação notícias falsas e saúde pública.

FAKE NEWS: A ORIGEM

Notícias falsas, desinformação, pós-verdade, são palavras e conceitos muito em voga nos debates públicos e na academia. Muito embora constituam um mesmo contexto comunicacional contemporâneo, paira no ar um cenário de baixa inteligibilidade sobre seus significados específicos, sobre o próprio contexto que lhes deu origem e sobre possíveis desdobramentos e implicações de seu uso indiscriminado na área da saúde pública.

Visando sanar tal lacuna, ademais, discute-se o contexto do surgimento da comunicação *online*, situando-o no âmbito de transformações na esfera da comunicação social contemporânea, para, em seguida, situar o a problemática das *fake news* e seus potenciais impactos nas campanhas de vacinação contra o sarampo no Brasil, em tal contexto.

O termo “*fake news*” foi cunhado, com o sentido popularmente associado de “notícia falsa”, “mentira”, por Donald Trump, ex-presidente dos Estados Unidos, na campanha que o levou à Casa Branca em 2016 (CAMPOS, 2018). Foi dessa forma que o ex-presidente qualificou todas as notícias que eram desfavoráveis a sua conduta durante o pleito e após a vitória na eleição. O sentido utilizado por Trump, e consagrado popularmente, remete a uma tentativa de desqualificar o oponente, sendo por isso mesmo um termo problemático, já que é uma forma de tachar como mentiroso ou fantasioso tudo aquilo que desagrade a alguém numa situação de poder. Mas não apenas por essa razão. Alguns pesquisadores apontam que, conceitualmente, *fake news* seria uma contradição em termos: a notícia, na tradição do



jornalismo de qualidade, é o relato fiel dos fatos. “Notícia falsa” ou *fake news* não é notícia, portanto. Seja como for, o termo parece ter sobrevivido, em que pese a discussão acadêmica em torno de sua legitimidade, que se irá aprofundar mais adiante.

Em termos históricos, a origem das *fake news*, embora possa ser situada na eleição presidencial americana de 2016, é bem mais antiga, a depender do tipo de critério que se use para investigar o fenômeno que o termo designa. Para autores como Gurovitz (2016; 2018), por exemplo, *fake news* é nada mais do que a maneira contemporânea de designar a mentira e a falsidade que sempre estiveram latentes na comunicação humana – e no jornalismo. Conforme Gurovitz, falar a verdade é a outra face da mentira e do engano. As *fake news* nada mais seriam do que a contrapartida necessária da eterna discussão sobre o que é a verdade, ou sobre a impossibilidade de se chegar à verdade, considerada como a absoluta correspondência entre fato e relato. Isso porque, mediando a verdade, há sempre a subjetividade de quem elabora o relato sobre os fatos. Seria impossível, dessa forma, chegar à objetividade absoluta, pois ela implicaria elidir, eliminar o que existe de propriamente humano na comunicação.

O jornalismo em particular discute há séculos essas questões, já que ele trabalha com essa condição de possibilidade: se não há correspondência entre fato e discurso, vale tudo e, portanto, não se pode conhecer o mundo, nem muito menos, falar sobre ele ou relatá-lo como pretendia fazer o jornalismo. Para lidar com o dilema, jornalistas e cientistas sociais debatem há tempos a legitimidade do discurso, a capacidade da linguagem em retratar o mundo de maneira fiel, as diferenças entre informação e opinião, a dimensão ideológica que mascara a enunciação, entre vários outros temas de interesse.

Diversos estudos do jornalismo dedicaram-se a demonstrar, de forma conceitual ou empírica, a distorção das informações, sobretudo pelos grandes grupos de mídia (GENRO FILHO, 1989; SOUZA, 2002). Nesse sentido, não há que falar em novidade quando se mencionam as *fake news*: elas nada mais seriam que o termo em voga para designar os velhos processos de ocultação da verdade, empregados na guerra ideológica que coloca, de um lado, os cidadãos e, de outro, os grupos de interesse e corporações. É importante ter em mente essa tradição de estudos, já que ela pode auxiliar nas respostas ao problema representado pela disseminação das *fake news*, como se vai aprofundar no item “Em busca de respostas”, mais adiante.

A datação histórica das *fake news* vai depender do ponto de partida que se queira dar para a discussão. Se se considera a discussão levantada por Gurovitz (2016) e outros teóricos e estudiosos da comunicação e do jornalismo, as *fake news* precedem em muito o contexto atual e o próprio jornalismo: elas seriam fenômenos inerentes ao comportamento humano, e mesmo de outras espécies, como



mostram alguns estudos na área da biologia evolutiva e do comportamento animal (HARARI, 2020). Falsear a verdade tem sido uma constante na história da vida humana, como demonstram largamente as tradições estéticas e morais de todas as culturas.

Mas a definição que se busca de *fake news* no presente estudo é mais específica: se refere ao fenômeno que ganhou notoriedade a partir do advento das mídias sociais digitais, na segunda metade do século XXI, e que passou a ter forte influência sobre todas as esferas da opinião pública. Tal delimitação temporal deve-se à necessidade de compreender e especificidade do fenômeno das notícias falsas nesse contexto de circulação com forte viés tecnológico, marcado pela conexão de todos em todos os lugares do planeta. Trata-se de um contexto específico, que vem acarretando consequências também específicas e pontuais, como a descrença nas instituições tradicionais, a alta capacidade de replicação e disseminação, o uso do aparato técnico multimídia, a formação de comunidades de crenças e a mimese das formas tradicionais da imprensa para legitimar as mensagens (GUROVITZ, 2016).

A preocupação com os efeitos das *fake news* sobre o processo político foi acionada quando do referendo que selou a saída do Reino Unido da União Europeia, no movimento que ficou conhecido como “Brexit”, iniciado em 2016. Ali ficaram evidenciadas as potencialidades das mídias sociais digitais na disputa política, já que as chances de o Reino Unido abandonar o bloco comum europeu eram impensáveis há poucos anos. Muitos analistas (GUROVITZ, 2016; THE ECONOMIST, 2017) apontam nesse episódio a atuação decisiva das *fake news* que circularam pelas redes sociais digitais. Na sequência, como previamente mencionado, as *fake news* voltaram a ter papel protagonista no pleito eleitoral que levou Donald Trump à Casa Branca em 2016. A eleição foi marcada pela guerra de versões e pelos serviços de robôs ou *bots* como arma no processo eleitoral (SHAO *et al.*, 2017).

Esses episódios, que servem como marco temporal para balizar cronologicamente o fenômeno das *fake news*, contêm os elementos que as caracterizam de forma essencial, e que passaram a ser utilizados em outras esferas da sociedade, como a área da saúde: narrativas fantasiosas feitas para desqualificar oponentes; imitação do formato noticioso para dar legitimidade ao relato; disseminação em aplicativos de mensagens para dificultar a identificação dos autores; uso da alta tecnologia para multiplicar a circulação, como robôs e realidade virtual (RÊGO, 2020).

Foi nesse contexto que surgiu a paisagem que hoje se observa na cultura: uma realidade que está sempre em xeque pelas crenças de grupos guiados ideologicamente; instituições também em xeque pelas narrativas e mundos paralelos criados nesse universo de crenças; volta de crenças ultrapassadas e negacionismo da ciência. As *fake news* incidem sobre essas questões de maneira frontal: elas põem em xeque todas as discussões acerca do que é verdade e que é falso, num contexto em que mudaram as formas de comunicação e disseminação de informações.



Mas falar sobre *fake news* não é falar de algo estanque nem mesmo consensual. Muitos divergem sobre a originalidade ou mesmo a existência das *fake news*. Outros preferem nomeá-las de forma diversa, entendendo que há problemas já na expressão utilizada, que estaria em conflito com a essência do termo “*news*” (notícia). Essas distinções são o tema do próximo segmento da investigação.

DISTINÇÕES CONCEITUAIS: *FAKE NEWS*, DESINFORMAÇÃO E PÓS-VERDADE

“*Fake news*” é um termo controverso quando aplicado às notícias falsas. Para Bucci (2018), por exemplo, o termo mais adequado seria “notícias fraudulentas”, que expressaria a intenção dolosa de lesar direitos econômicos e políticos¹. Para o jornalista e professor, existiria uma distinção entre notícia falsa e notícia fraudulenta, que seriam termos com distintas cargas valorativas.

O jornalista mexicano Esteban Illades (2018) é outro que propõe distinções e especificidades para o conceito de *fake news*: para ele, elas visariam ao lucro, existindo a criação de uma “narrativa preestabelecida”, que tem por objetivo enganar o leitor². Não se trata, portanto, da situação de engano ou mesmo de mera paródia dos fatos e da realidade. A intenção aqui, na concepção de Illades, é dolosa igualmente.

Como visto anteriormente, o termo *fake news* propagou-se pelo mundo após a campanha presidencial de Donald Trump e Hillary Clinton em 2016. Naquela ocasião, informações falsas a respeito da candidata Clinton foram compartilhadas massivamente por eleitores de Donald Trump, principalmente em sites de redes sociais (CAMPOS, 2018).

Com o fim das eleições, o fenômeno das *fake news* recém começava a despontar com força no cenário do debate público mundial. Elas se espalharam pelas mídias sociais e também pela mídia tradicional, que hoje se alimenta em boa parte do conteúdo que circula nas mídias sociais digitais. Começaram a surgir até mesmo empresas especializadas em produzir notícias falsas. Campos (2018) afirma que os “contratantes” do serviço dessas empresas pagam somas elevadas para veicular *fake news* de forma sigilosa e sem deixar rastros da transação para investigações futuras.

Uma definição nuançada é feita por Paula, Blanco e Silva (2018). Para esses autores, as *fake news* seriam informações que objetivam representar uma situação ou ponto de vista de um acontecimento ao público; entretanto, parte de ou todo o seu conteúdo contém informações inverídicas. Trata-se, portanto, de uma distorção de parte da verdade, que dessa forma contamina todo o relato.

As comunidades virtuais surgem nesse contexto. Trata-se do local virtual em que as informações são compartilhadas entre pessoas que se unem por interesses comuns – música, política, culinária, futebol, etc. Essas comunidades detêm enorme poder de construção e de transmissão de *fake news*, já



que cada indivíduo pode construir e repassar diversas notícias falsas a cada dia, e essa tarefa é também potencializada por meio de programas e de robôs. Isso torna a identificação de *fake news* uma tarefa extremamente difícil, da qual se têm encarregado as agências de checagem ou *fact-checking*. Essas agências buscam auxiliar no processo de apuração das mensagens e no esclarecimento do debate público, mediante a verificação das *fake news* que se espalham pela rede.

Para Spinelli e Santos (2018), as pesquisas comprovam que a disseminação de *fake news* confunde as pessoas na tarefa de distinguir o que é real do que é falso. Como resultado desse processo de falseamento da verdade, presencia-se atualmente uma séria ameaça ao jornalismo e à democracia. Isso porque as notícias falsas acabam por colocar em xeque as instituições que sustentam a ordem social e política. Ao desacreditar o jornalismo, as *fake news* lançam suspeita sobre todas as formas de relato, de todas as instituições, e as pessoas já não sabem em que acreditar. O mesmo vale para a ciência, assim como para a medicina. Recentemente, ganharam força grupos de pessoas que acreditam que a Terra é plana, e não redonda (MARTINS; GONSALVES; ESTÊVÃO, 2022). Essas pessoas, das mais distantes partes do planeta, reúnem-se em comunidades virtuais, onde compartilham sua crença e impulsionam a adesão de mais e mais seguidores. A ciência passa a ser vista como algo a ser colocado em dúvida, quando não a ser desprezado.

O mesmo se passa com a medicina, um dos ramos científicos mais importantes para a vida humana. O movimento antivacina, que reúne diversos segmentos da sociedade em torno da ideia de que as vacinas propagam doenças como o autismo e outras enfermidades, alimenta-se da ignorância e da ingenuidade para ganhar espaço e voz. Os resultados já estão sendo colhidos, com números que mostram o declínio da vacinação e a volta de doenças que já haviam sido erradicadas (BRAZ, 2020). A medicina sai enfraquecida, quando não derrotada nesse embate: a desconfiança sobre os métodos e técnicas da saúde, que se espalha com a força dos boatos, faz vítimas reais.

Nesse sentido, é possível afirmar que a crise instaurada pelas *fake news* é, em grande medida, a crise de legitimidade emergindo outros entendimentos sobre sua essência, dentre esses a desinformação é ressaltada como mais apropriada para designar esse enredo. O termo desinformação, entretanto, não é recente, é compreendido desde uma propaganda enganosa, até como elemento de táticas de guerra (FALLIS, 2015). Santos-D'Amorim e Miranda (2021) descrevem e analisam os termos informação incorreta (*misinformation*), desinformação (*disinformation*) e má informação (*malinformation*), sublinhando que sua complexidade impede a pacificação sobre a definição semântica de desinformação, ressaltando interpretações sobre os fenômenos de desinformação e suas proposições que acontecem com intencionalidade premeditadamente enganosa.



A desinformação seria uma expressão mais justa, na medida em que evitaria o paradoxo das *fake news*, assim como o viés de negatividade associado à imprensa que marcou a fala do ex-presidente americano Donald Trump ao “cunhar” o termo *fake news*. “Desinformação” também teria o mérito de não incidir em juízo de valor – falso, verdadeiro etc. –, retirando da designação a tendência a polarizar e a julgar, que tem marcado o debate atual. Mas, segundo Bounegru *et al.* (2018), nem todas as informações falsas tornam-se *fake news*: para tanto, é preciso que ela mobilize muitas pessoas, o que inclui desde aliados com suas reações, testemunhas e partilhas, até oponentes, que as identificam, as sinalizam, contestam e desmentem. Conforme Allcott e Gentzkow (2017), as *fake news* implicam conteúdo intencionalmente falso, pois elas são fabricadas com o propósito de enganar os leitores.

Para a Organização Mundial de Saúde, o excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa (ONU, 2019). Isso se deve ao volume de informações associadas ao tema, o qual se multiplica exponencialmente propiciando rumores, manipulação de informações e, conseqüentemente, a desinformação. Processo expandido pelas plataformas de redes sociais, possibilitando que a desinformação seja protagonista desta crise de saúde. Segundo a diretora de Imunização, Vacinas e Biológicos da OMS, Kate O’Brien, a desinformação que se espalha pelos canais de mídia social estaria realmente afetando as decisões dos pais sobre a vacinação dos filhos e o resultado seria o de que as crianças com sarampo, chegando algumas a óbito por conta disso. De maneira semelhante, para a diretora da Organização Pan-Americana da Saúde, Carissa F. Etienne, a desinformação é uma das mais sérias ameaças à saúde pública (OPAS, 2021).

Um aspecto relevante sobre as mídias sociais é trazido por Shao *et al.* (2017). Eles salientam o poder de manipulação das mídias sociais: é possível influenciar a opinião pública a um baixo custo, por meio de sites fraudulentos e um sem-número de perfis e páginas controlados pela Inteligência Artificial, que interage com humanos simulando a interação humana. Dessa forma, as notícias enganosas podem ser disseminadas rápida e eficazmente, para um número potencialmente ilimitado de pessoas. Considerando-se o âmbito da saúde pública, tem-se um cenário extremamente preocupante, porque as *fake news* vendem a ideia de que existem soluções milagrosas para doenças, influenciando milhões de pessoas, e eventualmente as levando à morte por essa crença.

Contemporânea ao termo “*fake news*”, surgiu também a designação “pós-verdade” (CASTILHO, 2016), que foi dicionarizada em 2016 pelo Dicionário de Oxford. Naquela data, “pós-verdade” foi escolhida a palavra do ano, definida nos seguintes termos: “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (D’ANCONA, 2018, p. 20).



A pós-verdade consiste, assim, na verdade que está além dos fatos, que não depende deles, mas da convicção de quem acredita naquela verdade. Nesse sentido, o termo remete, em linhas gerais, ao conceito de ideologia, tal como concebido pelas ciências sociais: sistema de ideias e de crenças (PAULA; BLANCO; SILVA, 2018). Ela não equivale às *fake news*, mas se situa no mesmo caldo de cultura que gerou a onda de desinformação que varreu o globo na segunda década deste século. É possível dizer que as *fake news* concorrem para estabelecer pós-verdades, na medida em que contribuem para a formação de “bolhas” nas quais somente interagem os que concordam de antemão sobre as mesmas crenças.

O apelo das notícias falsas deve-se ao conteúdo emocional que elas carregam, o que contribui para que se espalhem mais rapidamente do que as notícias verdadeiras. Para Davenport (2018, p. 17), “elas são geralmente apelativas emocionalmente, ou reforçam algum ideal político, ajudando a reforçar crenças e por isso são amplamente compartilhadas e comentadas antes mesmo que os usuários chequem as fontes das notícias”. O impacto causado, a vontade de compartilhar, a vaidade de ser o primeiro a contar a novidade – são todos motores para a rápida disseminação das *fake news*. Quanto mais o assunto toca áreas sensíveis do imaginário e da vida real, mais tende a ganhar versões fantasiosas e deletérias.

De todo modo, embora nem tudo seja de fato novidade no âmbito da comunicação humana, uma mudança contextual se deu quando do advento da internet, na metade da década de 1990. A rede de alcance mundial solapou os alicerces da comunicação tradicional, por possibilitar a troca de mensagens de forma ágil e sem intermediários, em tempo real (CASTELLS, 1999; ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). É esse contexto que convêm entender melhor para que se possa avançar no entendimento do fenômeno das notícias falsas e algumas de suas repercussões, tarefa para o próximo segmento.

FAKE NEWS E COMUNICAÇÃO ONLINE: RELAÇÕES

Neste segmento, enfoca-se o papel da comunicação online e das redes sociais na disseminação de notícias falsas, ou *fake news*. É sabido que a rede mundial, cujo início comercial se deu na década de 90 do século XX, teve papel protagonista na constituição de novas sociabilidades, assim como de novos meios de as pessoas se comunicarem. Grosso modo, a história da comunicação conheceu a comunicação oral, a escrita, a imprensa e a comunicação online (GRANEZ, 2018).

A primeira fase foi marcada pelo contato cara a cara entre os participantes do processo comunicativo. A invenção da escrita e, posteriormente, da imprensa, modificou esse processo, trazendo a hierarquia e a continuidade ao longo do tempo, na medida em que possibilitaram à palavra perpetuar-



se para além do momento em que é emitida e para além da memória dos participantes de um ato de comunicação.

Tudo isso muda com a comunicação *online*. Esta possibilita o contato de cada ponto do processo comunicativo com os demais, solapando a hierarquia da comunicação característica do período da mídia de massa – jornal, rádio, cinema, televisão. A comunicação online também possibilita uma resposta muito mais ágil entre os envolvidos no ato comunicativo, que passam a ser em grande medida produtores de conteúdo, para além de receptores de informação. A mudança instaurada pela comunicação online, que é fruto de diversos avanços técnicos, como a invenção dos computadores, da internet e das mídias sociais digitais, deu novo impulso a antigas potencialidades da comunicação humana. Em alguns casos, ela fez renascer as tendências tribais que marcaram a história da Humanidade. E que tendências seriam essas?

Uma delas seria a tendência a propagar informações sobre os fatos e os membros da comunidade, sob a forma de avaliações morais e censura quanto ao comportamento desviante. Em outros termos, a disseminação da fofoca. Segundo Harari (2020), em geral, se reconhece na fofoca um elemento crucial para a coesão das sociedades primitivas e pré-industriais. A novidade, no caso, é o ressurgimento da fofoca numa dimensão que extrapola os grupos reduzidos de pessoas: a fofoca agora tem o alcance mundial da internet, e pode ser propagada com velocidade nunca antes vista. Fenômenos recentes como os linchamentos no Rio de Janeiro ou os cancelamentos de perfis públicos no Instagram e outras mídias sociais digitais demonstram o poder da fofoca no mundo real, conforme Harari (2020).

No caso das *fake news*, acontece algo semelhante: uma narrativa inventada, fruto de más intenções, de ingenuidade ou de motivação satírica, modifica o que é fato, e seu poder de espalhamento só faz aumentar de acordo com o grau de improbabilidade do que é narrado. Tanto como a fofoca nos grupos reduzidos do período pré-industrial e das sociedades primitivas, as *fake news* também se propagam com grande velocidade, agora contando com o aparato tecnológico que permite comunicação instantânea entre todos os cantos do planeta. Diversos estudos têm evidenciado tais implicações (MARDA; MILAN, 2018; DALMAZO; VALENTE, 2018; SPINELLI; SANTOS, 2018).

Esses trabalhos vinculam a origem das *fake news* ao contexto específico da comunicação online. Se antes existiam mentiras e narrativas fantasiosas na imprensa – e elas sempre existiram, no jornalismo e fora dele – hoje existe um fato novo, ligado à dimensão que as *fake news* tomaram, devido a seu poder de espalhamento e aos recursos que somaram às narrativas – vídeos, áudios, manipulação de imagens e toda a sorte de instrumentos técnicos utilizados para alterar a realidade e construir narrativas falsas.

Na era da comunicação de massa, dominada pelo jornal impresso, depois pelo rádio e pela televisão, as coisas foram um pouco diversas. Como já visto, o modelo de comunicação desse período



privilegiava um ponto emissor, constituindo uma comunicação hierárquica, onde um fala – ou escreve ou mostra – para muitos (WOLF, 1984). As formas de falseamento da realidade nesse período eram marcadas pelo ponto de vista do emissor: aquilo que era tematizado – *agenda-setting* –, no processo de produção da notícia – *newsmaking*.

Em cerca de duzentos anos de comunicação impressa – considerando o início da imprensa no Brasil, em 1808 – e cem anos de comunicação de massa eletrônica – considerando o início do rádio no Brasil, em 1922 –, foram muitas as formas de falseamento da realidade e de encobrimento dos fatos, como demonstra a produção teórica do campo da Comunicação, a qual teve forte impulso desde os anos 1970, com a criação dos primeiros cursos de bacharelado na área no Brasil.

O advento da comunicação *online*, no final do século XX, trouxe outros objetos e outras contribuições para o estudo do falseamento da realidade por meio da mídia digital. Nesse contexto é que nascem propriamente as *fake news*. Vive-se nos tempos atuais o que alguns autores chamam de fenômeno da midiatização, que seria a adoção dos procedimentos e práticas da mídia por outros campos sociais (FAUSTO NETO, 2006; HJARVARD, 2012). O advento da comunicação digital acelerou a midiatização, na medida em que tornou acessível a um maior número de pessoas os instrumentos e os formatos da mídia: vídeos, *podcasts*, textos, gráficos, produções em múltiplas mídias.

A comunicação via dispositivos da era da *internet* também difere substancialmente da comunicação da era da mídia de massa pela peculiaridade das mídias sociais digitais, que desde o início dos anos 2000 passaram a estar presentes mais e mais na vida da sociedade. Redes sociais como o *Facebook*, o *Twitter* e o *Instagram*, aplicativos de mensagens como o *WhatsApp* e o *Telegram*, além de canais de vídeo como o *Youtube* têm um desenho que permite ao usuário interagir de forma mais ágil e ativa, sem depender da mediação que caracterizava a mídia de massa (CHRISTOFOLETTTI, 2018).

Por colocarem em contato pontos dispersos da rede virtual, esses dispositivos abriram a caixa de Pandora da comunicação, liberando energias acumuladas há muito tempo pelo processo de edição operado no antigo contexto da mídia de massa. Alguns autores (GRANEZ, 2018; FISCHER, 2015) veem nesse processo, parte da explicação para o quadro atual da comunicação: seria uma espécie de volta da oralidade e das forças afetivas que marcam a comunicação dos pequenos grupos. Fenômenos como o nacionalismo, os movimentos identitários e o radicalismo à direita e à esquerda seriam uma espécie de subproduto dessa potencialidade agora vinda à tona com os meios digitais de comunicação e as redes sociais.

A peculiaridade das redes sociais, que instauram um ambiente poroso, permissivo e flexível, possibilita maior velocidade no compartilhamento das notícias e opiniões dos usuários. Não há cuidado



ou compromisso com a verdade, e as *fake news* encontram ambiente propício para disseminação. O conceito de “laços fracos”, de Mark Granovetter, ajuda a entender como isso ocorre:

Em uma rede, a velocidade de propagação de uma informação tende a ser maior entre os laços fracos. Exatamente por não estarem diretamente envolvidos no processo, sua percepção de novidades é maior e, portanto, a chance de lidarem com uma informação nova e a colocarem em circulação é maior. Isso permite pensar, por exemplo, nos memes e/ou virais que se propagam na internet. A existência de laços fracos garante que essas mensagens continuem sendo reproduzidas (GRANOVETTER, 1983).

Por remeterem a um contato em que a emoção e a sensação de pertencimento ao grupo são mais importantes do que as instituições e suas regras gerais, as redes sociais digitais carregariam em si os perigos inerentes à comunicação familiar, marcada pelos afetos e pela emoção (THE ECONOMIST, 2017; RECUERO, 2009). Já a mídia de massa, que reinou desde o advento da imprensa, foi marcada pela racionalidade da palavra impressa, que instaura o distanciamento e a reflexão trazidos pela abstração da língua escrita (SILVA, 2020). Marshal McLuhan foi um dos autores que mais chamaram a atenção para a arquitetura própria da mídia e para a forma como se dá a interação entre o homem e os diferentes meios de comunicação (MCLUHAN, 1979).

As mudanças na arquitetura ou no modelo de comunicação instauradas pelas mídias digitais foram cruciais para a mudança na concepção de verdade trazidas pelas *fake news*. Embora ainda esteja em processo de consolidação, a transformação vivenciada pela mudança abrupta na base tecnológica – que muitos autores chamam de “disrupção” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013) – vem mudando a face do globo desde pelo menos o final do século XX. As *fake news* nascem nesse contexto.

Se antes quem definia a verdade eram as instituições e sua autoridade, na era das redes sociais digitais e da internet, essa autoridade foi deslocada para o polo da recepção. Com isso, o poder antes concentrado na mídia de massa se diluiu, dando lugar a um poder construído em cima de relações porosas, no jogo de forças dentre diferentes concepções de verdade. As narrativas criadas pelos grupos de interesse tomaram o lugar das narrativas institucionais, ou ao menos estão em luta constante contra essas últimas. Seja como for, o fato é que diversos fenômenos recentes em nível mundial e nacional coincidiram em termos cronológicos com o advento da comunicação digital. Com as *fake news*, também há paralelos interessantes.

O recrudescimento das notícias falsas tem se dado com os temas mais sensíveis, como a política e a saúde pública. A incerteza de tais processos parece contribuir para o acirramento das soluções mágicas e para a visão polarizada das questões. A ansiedade gerada por esses episódios parece dar força aos boatos e narrativas de cunho falso ou fantasioso, o que acende um sinal importante na área da saúde.



ALERTA NA ÁREA DA SAÚDE

Uma das áreas mais afetadas pelas *fake news* é a da saúde. Vieira e outros (2019, p. 3) assinalam:

No Brasil, durante o terceiro trimestre de 2018, de acordo com PSafe (2018), no 5º Relatório de Segurança Digital, relativo ao terceiro trimestre de 2018, 46,3% das *fake news* detectadas abordaram o tema política, seguido pelo tema saúde, em segundo lugar, com 41,6% das identificações realizadas.

Observa-se que a saúde vem sendo visada de forma frequente pelas *fake news*: juntamente com a política, é o assunto que mais sofre com a incidência das notícias falsas, conforme o estudo indicado. O mais preocupante, conforme Henriques (2018), é que as campanhas de imunização infantil foram afetadas diretamente pela disseminação dessas mensagens falsas: “A combinação mais perigosa acontece quando informações e orientações que contrariam o conhecimento científico são difundidas numa situação em que existe algum fato real, como uma epidemia ou uma campanha de saúde pública” (HENRIQUES, 2018). Sobre o comportamento das pessoas em relação as doenças Guimarães; Cunha (2023, pp. 27-28), comentam:

As reações e os impactos causados por doenças que vêm atingindo a humanidade foram diferentes conforme as técnicas disponíveis e de acordo com as mentalidades vigentes em contextos espaço-temporais diversos. Constata-se que “Da mais remota Antiguidade, donde surgem os ainda espantosos documentos da Babilônia, até ao bloco operatório mais futurista, as atitudes face às doenças em nada se alteraram”

É nesse contexto que a propagação das *fake news* ganha terreno, pois se alimenta do medo e da ignorância de grandes parcelas da população sobre os assuntos relacionados com a saúde. É notória a falta de informação de qualidade sobre saúde em países com baixos índices de educação como o Brasil, e persistente a tendência das a cura de forma independente ou por vias não reconhecidas pela Medicina: chás, benzimentos, simpatias... O contexto das crises sanitárias costuma ser um ambiente propício para que esse aparato de práticas não oficiais venha à tona com toda a força. Sobre esse contexto Costa (2020, p. 22) comenta:

A percepção da realidade na nova sociedade da *cybercultura* e nas simples conversas de rua prova uma coisa: Bruno Latour, filósofo e antropólogo francês estava certo: jamais fomos modernos. Isso porque o conceito de modernidade implica em tese a confiança na ciência em seus peritos. No entanto é crescente o número de pessoas que, apesar do alto número de informação não acredita nas informações científicas. Uma rasa volta nos produtos da *cybercultura*, as redes sociais, vê-se o questionamento sobre doenças, teorias conspiratórias sem nenhum fundamento e alto número de descrença da ciência.



O autor acrescenta em sua obra a religião com um elemento fomentador na descrença na ciência, adotando as pessoas na contemporaneidade posicionamentos fundamentalistas. Costa (2020) conclui “há discursos terraplanistas, antivacina, anti-evolução, de repressão de assuntos sexuais, que combate a forma do professor dar aula, sobretudo no fundamentalismo religioso [...]” (p. 33).

A área da saúde também sofre com o impacto das novas tecnologias, tendo em vista que ficou mais fácil para todos o acesso à informação. Mas informação sem interpretação adequada pode se transformar em um problema. A autoridade dos médicos tem sido contrastada com a de outros profissionais, nem sempre habilitados ou mesmo minimamente equipados para orientar as pessoas em assuntos da saúde.

Em paralelo a esse acesso quase universal sobre informação por vezes hermética, há também o fenômeno dos dissidentes que, de dentro do cânone médico, o contestam, gerando mais e mais dúvidas ao o cidadão comum acerca do que é certo e o que é errado nos assuntos da saúde. Pesquisas recentes sobre as *fake news* (SACRAMENTO; PAIVA, 2020; POSETTI; BONTCHEVA, 2020) mostram que a comunidade médica não é um corpo homogêneo de conhecimento, e tem havido dissenso em questões importantes, como a eficácia das vacinas e as recomendações sobre medicamentos.

Também aqui é possível perceber a presença determinante dos meios digitais de comunicação como ingrediente do problema: vídeos no *Youtube*, conversas em *lives*, recomendações em sites, áudios pelo *WhatsApp* – são muitas as formas de disseminação utilizadas pelos médicos que não estão de acordo com as recomendações oficiais da categoria. Isso tende a gerar mais e mais dúvida na cabeça do cidadão comum, que costuma enxergar no médico a autoridade máxima sobre os assuntos da saúde.

A crise atinge o conhecimento da medicina como atinge o de outros campos do conhecimento, mas em contextos específicos, como as campanhas pela imunização coletiva, ela pode ter consequências práticas desastrosas, em todos os sentidos. Sobre esse dilema Araújo *et al.* (2023, p. 686-687) esclarece:

A Hesitação Vacinal (HV) está relacionada a posturas comportamentais, que leva em consideração o receio e até a recusa total de receber um imunobiológico mesmo que ele esteja disponível. É considerado um fenômeno social que diz respeito a um ideal coletivo, em que um indivíduo ou grupo(s) de pessoas manifesta seus questionamentos em relação à liberdade individual, por exemplo. Esses tais grupos perpetuam informações e expressões, em grande parte, através de redes sociais (SOBO, 2016; ARIF *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2022). O fenômeno da HV é resultado dos movimentos antivacinação. O problema é uma questão de ordem pública, que tem impacto nas diferentes esferas da sociedade, de doenças imunopreveníveis, por meio da vacinação, que possuem eficácia comprovada por meio de estudos científicos (APS *et al.*, 2018; ARAÚJO *et al.*, 2021).

Ao deixarem de imunizar seus filhos por terem confiado em algum dissidente ou charlatão online, os pais põem em risco não apenas a saúde dos filhos como também a de todas as crianças que



podem ser vitimadas pela volta de doenças como o sarampo e a paralisia infantil. Movimentos coletivos de resistência ao uso de vacinas, como as comunidades que se recusam a vacinar as crianças, ganharam força nos últimos anos no Brasil, mas já eram atuantes pelo menos desde os anos 1970 nos Estados Unidos. É um quadro que gera apreensão das autoridades e que dá amplo espaço para a propagação de *fake news*.

O governo brasileiro, de modo particular o Ministério da Saúde, criou no ano de 2018 um canal de comunicação para denunciar as *fake news* conforme Pasquim; Oliveira; Soares (2020, p. 01) comentam:

O crescimento mundial e a influência direta das *fake news* na opinião pública e no comportamento cotidiano têm gerado preocupações em diversos setores da sociedade. O caso é tão sério que foi associado à queda nas taxas de cobertura vacinal em todo mundo (JERVELUND, 2018), o que levou o Ministério da Saúde do Brasil a criar um canal próprio para combater as “fake news da saúde”, em 2018.

Dresch *et al.*, (2021, p. 17) analisaram os textos classificados como *fake news* sobre vacinação disponibilizados pelo portal do Ministério da Saúde do Brasil e chamados de “Saúde sem Fake News”, estruturaram o quadro 1.

Quadro 1 - Notícias sobre vacinação classificadas como *fake news*

Data	Título
28 de agosto de 2018	MPF proíbe vacina contra HPV
28 de agosto de 2018	Japão: vacina contra o HPV sob julgamento devido a horríveis efeitos colaterais
28 de agosto de 2018	Vacina febre amarela
30 de agosto de 2018	Vacina anticâncer
05 de setembro de 2018	Vacinas obrigatórias
25 de setembro de 2018	Vacinas causam autismo
31 de janeiro de 2019	Vacina faz mal
06 de fevereiro de 2019	10 razões pelas quais não deveria vacinar seu filho
11 de fevereiro de 2019	Dia D de vacinação contra o sarampo em 16/02
29 de julho de 2019	Vacina contra gripe causa buraco em braço
13 de agosto de 2019	Banner de campanha de reforço da vacinação é falso

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Brasil (2019).

Os autores concluíram em sua pesquisa que “reforça que a existência, produção e disseminação de fake news transcendem a existência de mentiras simples para agirem como dispositivos de afetação em massa” (DRESCH *et al.* (2021, p. 20) e ainda acrescentam que “[...] é preciso considerar que a recorrência do tema vacinas no bojo das fake news não é aleatória. Essa discussão é de natureza urgente, pois lida com a vida/morte e atravessa a história sanitária nacional [...] (DRESCH *et al.*, 2021, p. 20). Em pesquisa relacionada as vacinas e o modelo 3Cs utilizado pela OMS. Frugoli *et al.* (2021, p. 01) concluíram que “as *fake news* têm potencial para produzir hesitação vacinal baseado no modelo dos 3Cs.



Sendo necessário, portanto, repensar práticas comunicativas em saúde que não subestimem as assimetrias e as iniquidades que caracterizam a desigual sociedade brasileira”.

Essa é uma questão que transcende a realidade brasileira. Em pesquisa sobre a influência da internet no debate sobre a vacinação na Rússia, Broniatowski *et al.* (2018, p. 01) manifestou a seguinte conclusão “whereas bots that spread malware and unsolicited content disseminated antivaccine messages, Russian trolls promoted discord. Accounts masquerading as legitimate users create false equivalency, eroding public consensus on vaccination”.

Figueiredo *et al.* (2020, p. 08) elaboraram um estudo com o título “Mapping global trends in vaccine confidence and investigating barriers to vaccine uptake: a large-scale retrospective temporal modelling study” e chegaram à conclusão que alguns países apresentaram hesitação vacinal, destacando, por exemplo, os seguintes:

Na Coreia do Sul e na Malásia, a mobilização online contra as vacinas foi identificada como uma barreira fundamental à vacinação. A Internet é a principal fonte de informação sobre vacinação na Malásia, onde a desinformação foi identificada como influenciando a relutância em vacinar. Na Coreia do Sul, uma comunidade online chamada ANAKI (abreviatura coreana de “criar crianças sem medicação”) tem defendido fortemente contra a imunização infantil. Estudos futuros em ambos os países deverão investigar mais aprofundadamente esta tendência e propor estratégias de mitigação. Na Geórgia, descobriu-se que preocupações infundadas com a segurança das vacinas, amplificadas pelos meios de comunicação social, afetaram profundamente uma campanha nacional da vacina MMR em 2008. As nossas conclusões sobre a baixa confiança nas vacinas na Geórgia podem sugerir que as preocupações com a segurança das vacinas estão novamente a aumentar. No que se refere a queda na cobertura vacinal do sarampo Figueiredo *et al.* (2020, p. 01) alerta:

Juntamente com as questões persistentes de acesso aos serviços de saúde, a diminuição da confiança nas vacinas teve um impacto negativo nos programas de imunização em todo o mundo, contribuindo para a estagnação ou diminuição das taxas de imunização e consequentes aumentos de doenças evitáveis por vacinação, como o sarampo. Neste contexto, a OMS nomeou a hesitação em vacinar como uma das dez principais ameaças à saúde global em 2019, juntamente com as alterações climáticas.

Os números recentes da vacinação no Brasil (AUGUSTO, 2018) acenderam o alerta: mostram que existe uma tendência de os pais não vacinarem seus filhos, seja por não acreditarem nas vacinas, seja pelo fato de sentirem-se protegidos pela baixa frequência com que novos casos aparecem. Os riscos mais graves são a volta das doenças já erradicadas e o surgimento de novas e mais fortes doenças em um contexto de descrédito da medicina e das autoridades da área da saúde.

Sato (2018, p. 02) adverte que também as elevadas taxas na cobertura vacinal implicam em uma hesitação vacinal, pelo fato da doença encontra-se erradicada, dessa forma as pessoas também deixam de aderir a imunização, influenciadas por uma percepção. Nesse sentido, a autora comenta:



O Programa Nacional de Imunizações do Brasil (PNI) é reconhecido por promover a vacinação gratuita de mais de 15 antígenos. Ela vem se tornando cada vez mais complexa, tanto pela ampliação do número de vacinas disponibilizadas quanto pela diversificação do calendário vacinal. Paradoxalmente, tal avanço traz desafios inerentes à sua evolução, pois o controle da doença a partir de altas coberturas vacinais influencia a percepção dos riscos e benefícios da vacinação.

Esse fenômeno é demarcado, portanto, pela complexidade, principalmente pela dificuldade em identificar as razões que explicam essa hesitação. Sobre essa questão Brown *et al.*, (2018, p. 01) conclui em sua pesquisa:

Apesar da análise socioeconômica aqui realizada, algumas questões permanecem sem resposta, tais como as razões específicas para a hesitação ou recusa da vacina em grupos mais instruídos e mais ricos e para quem devem ser desenvolvidas estratégias para envolver públicos hesitantes, prestadores de cuidados de saúde e decisores políticos.

Nos últimos anos, a saúde sofreu o forte impacto das *fake news* (VASCONCELLOS-SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015), o que tem exigido o esforço concentrado dos profissionais da área para pensar em estratégias de divulgação e educação que dialoguem com a população e leve conhecimento de qualidade ao debate público. Algumas dessas iniciativas estão articuladas com campanhas na mídia, com parceiros ligados a universidades, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil. É o que vai ser abordado no próximo segmento desta investigação.

EM BUSCA DE RESPOSTAS

Como se viu, o estrago feito pelas *fake news* sobre a verdade e a autoridade das instituições é grande. Depois de saudarem a chegada da comunicação *online* por seu potencial libertador, os pensadores da comunicação e do jornalismo passaram a ver com preocupação os desdobramentos dessa forma de produzir e disseminar conteúdos pela rede. Sobre essa conjuntura Araújo *et al.*, (2023, p. 694) descrevem:

A veiculação de informações falsas tornou-se um problema de saúde pública, caracterizando assim a existência de um processo epidêmico definido pela OMS por infodemia, deliberada e incidental. Esta infodemia interfere diretamente na perspectiva do indivíduo em tomar decisões em saúde, gerando assim uma distorção de informações, de crenças, e de julgamentos. Essa desinformação pode ser amplificada pelas redes sociais e outras plataformas online, contribuindo para a hesitação em relação à vacinação (MOREL, 2021).



Ficou claro que as redes sociais digitais não são a panaceia para os males da humanidade. Pelo contrário, podem vir a se tornar o seu pior pesadelo, se se tomar como base o estrago que já ocasionaram nos anos recentes deste novo século. A questão que se tem colocado para muitos desses pesquisadores é: que fazer? Quais os caminhos possíveis para lidar com a liberdade proporcionada pelas novas formas de comunicação, sem que se caia nas armadilhas do falseamento e do engano, ou das atitudes autoritárias da censura?

Não há receita pronta nem respostas definitivas, até porque se trata de um problema novo, que exige atenção às variáveis que vêm se somando ao processo. Mas já existem algumas sugestões e orientações que podem indicar caminhos no combate às *fake news* e na busca por uma sociedade livre e democrática.

No âmbito internacional publicações como a de Roberts *et al.* (2021) sugerem a regulação do espaço virtual na China e das tecnologias envolvidas, como a inteligência artificial (AI). Nessa mesma perspectiva Tworek; Leerssen (2019, p. 09) tratam da necessidade de moderação de conteúdo no ambiente *online* na Alemanha, neste sentido argumentam:

Existem muitas outras abordagens potenciais para redefinir as relações entre plataformas, governos, sociedade civil e usuários. Uma delas é conceber mecanismos robustos de transparência que permitam pesquisa sobre as questões urgentes sobre as mídias sociais e seus efeitos sociais mais amplos antes os governos assumem qualquer regulamentação. Outra abordagem é a criação de recursos independentes órgãos para decisões de remoção. Uma terceira é considerar mecanismos judiciais de resposta rápida para julgar reclamações. Uma quarta é a criação de Conselhos de Mídia Social que reúnem regularmente plataformas, governo e organizações da sociedade civil para partilhar informações e debater possíveis novas abordagens.

No campo das recomendações éticas que devem pautar o trabalho da imprensa relacionado às *fake news*, o grupo ObjEthos, da Universidade Federal de Santa Catarina, lançou recentemente um manual voltado à cobertura jornalística. Trata-se do livro *Guia de cobertura ética da Covid-19* (2020).

O manual do grupo ObjEthos responde à necessidade crescente de orientar jornalistas e comunicadores, assim como o cidadão em geral, a ter uma postura crítica e criteriosa no trato da informação que circular nas redes e fora delas. Isso porque o jornalismo é uma das atividades que mais vem sofrendo o ataque sistemático de todos os setores que apostam na disseminação do obscurantismo e da desinformação sob a forma de *fake news*.

Ainda em relação ao combate das *fake news*, há também a contribuição recente do livro de Julia Posetti e Kalina Bontcheva (2020) fruto de um trabalho que visa a identificar e suprimir as notícias falsas, contribuindo assim para um jornalismo e uma comunicação mais próximas da realidade e da solução dos problemas concretos.



No âmbito jurídico, Wischmeyer (2019, p. 01) salienta a demanda por equiparação entre o que se produz no espaço *online* e fora dele. Os autores advertem que devido a morosidade regulatória e jurídica as próprias plataformas já se adiantaram no combate aos conteúdos prejudiciais a sociedade e expostas no contexto *online*.

No entanto, com a proliferação massiva de discurso prejudicial na Internet, o sistema judicial é cada vez menos capaz de fazer cumprir as normas jurídicas online. Não só os tribunais de muitas jurisdições ainda lutam com a adaptação das doutrinas jurídicas tradicionais à Internet. Também carecem de recursos para lidar com o grande número de casos. Para preencher esta lacuna, plataformas online e intermediários – Facebook, Twitter, Youtube, etc. – intervieram e começaram a regular o discurso por conta própria. Os “novos governantes do discurso”, como Kate Klonick os chamou, empregam sistemas internos de moderação de conteúdo que selecionam e moldam o discurso online e determinam qual discurso é aceitável e qual não é. Embora os códigos de discurso interno se baseiem vagamente nas normas jurídicas existentes, em particular na jurisprudência da Primeira Emenda dos EUA, também têm em conta os interesses econômicos dos fornecedores de plataformas.

Já quanto à presença das *fake news* na área da ciência, pode-se mencionar o importante trabalho intitulado “Ciência contaminada” (MACHADO *et al.*, 2020). Trata-se de uma coletânea de artigos que trazem relatos e casos de notícias falsas na área do conhecimento científico. A intenção, conforme os autores, é contribuir para o esclarecimento das questões científicas, a par do combate à difusão de desinformação em áreas como a medicina.

Observa-se, dessa forma, a existência de iniciativas importantes na luta pela informação de qualidade e contra as *fake news*. Os mais diversos atores estão engajados nesse combate, como universidades e Organizações Não-Governamentais, todos guiado por valores comuns de respeito à verdade factual e incentivo ao diálogo sadio e não violento.

Em que pese o mérito de todos esses esforços, há ainda um longo caminho pela frente, como mostram os dados sobre a disseminação das *fake news* no Brasil e no mundo. Levantamentos recentes mostram que se vive atualmente no que alguns estudiosos chamam de “pandemia da desinformação” – ou “*desinfodemic*”, na expressão em inglês original (POSETTI; BONTCHEVA, 2020).

Isto posto, é necessário, portanto, rever as práticas da saúde pública brasileira, o modelo da política de imunização, como alerta Senhoras (2023, p. 11) como organizador de relevante obra de saúde pública destaca na introdução dessa literatura a seguinte abordagem:

A persistência de tradicionais agendas e a emergência de novas temáticas estratégicas na realidade empírica são identificadas como características estruturais que pautam a evolução contemporânea dos estudos de Saúde Pública no mundo, o que repercute em uma dinâmica hibridizada entre clássicas e novas dinâmicas áreas de pesquisa, bem como em uma contínua expansão das fronteiras de conhecimento do campo.



É necessário nesse contexto complexo imprimir a emergência de novas temáticas estratégicas na realidade empírica (no campo da comunicação, publicidade e propaganda) alinhada a nova realidade inscrita, portanto, sem com isso abandonar a agenda tradicional que seria a própria vacina. Nesse sentido, Xavier (2023, p. 84) dessa forma caracteriza as campanhas publicitárias na área da saúde pública no Brasil:

[...] as práticas de comunicação sempre se expressaram como instrumentos de defesa de determinadas concepções acerca de modelos e concepções do processo saúde-doença. Assim, no início do século XX durante o processo de elaboração de normas e organizações sanitárias conhecido como "sanitarismo campanhista", foi predominante a divulgação de medidas de higiene, embasada na Teoria Hipodérmica, atrelada ao Behaviorismo, onde a passividade do receptor é a principal característica do indivíduo nesta teoria.

Ainda sobre o modelo de campanha outorgado pelo governo brasileiro a saúde pública o autor acrescenta “[...] as campanhas são feitas pensando em um público geral, a partir daí, deixa de assistir grupos mais vulneráveis, que necessitam de direcionamento adicional, fazendo com que o princípio da equidade não seja atendido” (p. 97). Talvez aí resida a ineficiência das campanhas que não levam em consideração a heterogeneidade da população brasileira, deixando de mobilizar e com isso ascender a hesitação vacinal provocada pelas *fake news*. Como salientam Cavaca *et al.*, (2018, p. 28):

[...] em se tratando de questões de saúde, mais do que disseminar informações, os meios de comunicação inserem (ou não) questões relevantes na agenda pública, desenvolvendo uma relação cíclica entre a cobertura e o enquadramento desses assuntos e a evidência ou o obscurantismo destes no cenário mundial.

Essa pandemia, tal como a pandemia do novo coronavírus, que assola a humanidade desde o início de 2020, é em grande medida alimentada pelo poder das *fake news* e pela crença em seus derivados, como a “pós-verdade”. A incidência desses fenômenos sobre a vacinação ficou patente quando da volta do sarampo ao Brasil, em 2017. Os dados recentes, sobre a pandemia do novo coronavírus, permitem um vislumbre sobre as causas do retrocesso nas campanhas de vacinação contra o sarampo, assim como sobre as possíveis lições que podem ser tiradas daquele episódio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nota-se que o tema das *fake news* é abrangente e que não se restringe à comunicação ou ao jornalismo. Ele é talvez o resultado de um processo mais amplo de transformação da base simbólica da sociedade, por meio do uso de ferramentas de comunicação. As mudanças, é necessário observar, se



espraíam por diversos setores, que vão das eleições à educação, passam pela economia e atravessam as instituições mais importantes da sociedade – o conhecimento acumulado pela ciência, a credibilidade da imprensa, a noção de espaço público, entre muitos outros elementos centrais para a organização social.

As distinções conceituais que vêm sendo feitas, embora apontem para questões importantes, não mudam o fato de que o termo “*fake news*” parece ter caído mais no gosto das massas e dos estudiosos, sendo usado preferencialmente pela população e acadêmicos com o mesmo sentido de termos análogos, talvez mais precisos, como “desinformação” e “notícias fantasiosas”.

A importância da discussão sobre as *fake news* para a área da saúde e para a questão da imunização contra o sarampo só ganhou mais reforço com a crise atual em torno da pandemia do novo coronavírus. De certa forma, a crise que se viu no caso da vacinação contra o sarampo foi como o ensaio da crise mais recente – daí as importantes lições a serem tiradas de episódios semelhantes na história da saúde pública. As respostas que vêm sendo construídas até o momento para enfrentar as *fake news* e reforçar a informação de qualidade mostram caminhos possíveis de ação na esfera política e no comportamento cidadão.

O tema das *fake news* é um dos mais relevantes para a sociedade contemporânea. Elas estão no centro do debate público e têm afetado todos os setores da vida humana. O dano potencial e real que causam já está sendo medido pelos números sobre a vacinação no país. Seu poder de desorganizar regimes e instaurar o caos em assuntos sensíveis já está provado pelos pleitos eleitorais recentes, que mostram a dificuldade de debater ideias em meio ao ódio e aos ataques pessoais contra os oponentes.

O rastro de ódio e de desinformação causado pelas *fake news* não se restringe ao debate público. Ele afeta de forma dramática setores especializados, como é o caso da saúde, onde a mentira e o falseamento da realidade cobram um preço altíssimo – em vidas humanas. O sofrimento e a morte costumam ser o resultado desse processo, e todos saem perdendo.

No Brasil, ao se analisar o caso das vacinas contra o sarampo e outras doenças, tem-se um exemplo contundente da força das *fake news* e do estrago que elas podem causar. Observa-se chegar ao país, por meio da mimetização do comportamento de grupos estrangeiros, o movimento antivacina, que contesta a eficácia e a necessidade das vacinas, e que constrói narrativas fantasiosas sobre fatos científicos extensamente comprovados. Muitas famílias deixaram de imunizar as crianças por acreditarem nas fantasias e mentiras espalhadas pelos grupos antivacina, o que fez ressurgirem doenças já controladas em território nacional, como o sarampo e a poliomielite.

Por isso mesmo é mais do que necessário, primeiramente, compreender o fenômeno das *fake news*: seu surgimento, o contexto em que vicejaram e as distinções conceituais dos estudiosos do fenômeno, os impactos sobre a área da Saúde e as possíveis respostas que podem ser dadas para



combater o problema. Foi o que se tentou fazer nesse estudo, situando as principais balizas do assunto, a fim de que se possa avançar na pesquisa proposta a este PPG.

As respostas já estão sendo formuladas do lado dos que buscam combater a epidemia de *fake news*: campanhas de educação pela mídia, trabalho de agências de checagem, manuais e livros que ensinam a identificar o que é fato e o que é mentira, entre outras valiosas iniciativas. Mas esse trabalho ainda está apenas começando, e talvez precise de mais empenho por parte do poder público e do poder Judiciário para que se obtenham respostas mais efetivas. O reforço do marco legal para punir as *fake news* com a criação de leis mais duras para quem produz e dissemina desinformação talvez seja um caminho possível nessa empreitada.

O drama recente da pandemia do novo coronavírus tem trazido todas essas questões de forma mais intensa ainda – negacionismo histórico, epidemia de notícias falsas, movimento antivacina. Desde o início da pandemia, multiplicaram-se as *fake news* sobre a origem do novo coronavírus, curas milagrosas, números de mortos e infectados, entre muitos outros temas que dialogam com o assunto aqui abordado. Nesse sentido, o estudo das *fake news* no contexto das campanhas de vacinação contra o sarampo é também uma contribuição para que se possa entender a dinâmica das crises mais amplas, como a que ora assola a humanidade.

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. “Social media and fake news in the 2016 election”. **Journal of Economic Perspectives**, vol. 31, n. 2, 2017.

ANDERSON, C.W.; BELL, E.; SHIRKY, C. “Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos”. **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 5, 2013.

ARAÚJO, J. I. F. *et al.* “Hesitação vacinal em adultos no enfrentamento da covid-19: argumentos de quem hesita”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 47, 2023.

AUGUSTO, O. “Fake news ameaçam vacinação”. **Correio Braziliense**, n. 20157, 2018.

BOUNEGRU, L. *et al.* **Field Guide to 'Fake News' and Other Information Disorders**. Amsterdam: Public Data Lab, 2018.

BRASIL. “Saúde sem Fake News”. **Gov.br** [2019]. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 08/08/2023.

BRAZ, R. “Queda da cobertura vacinal contra sarampo evidencia falhas na política de saúde”. **Drauzio Varella** [2020]. Disponível em: <www.drauziovarella.uol.com.br>. Acesso em: 15/06/2023.

BRONIATOWSKI, D. A. *et al.* “Weaponized Health Communication: Twitter Bots and Russian Trolls Amplify the Vaccine Debate”. **American Journal of Public Health**, vol. 108, n. 10, 2018.



BROWN, A. L. *et al.* “Vaccine confidence and hesitancy in Brazil”. **Caderno de Saúde Pública**, vol. 34, n. 9, 2018.

BUCCI, E. “‘Fake news’, eleições e democracia: O vírus das notícias fraudulentas prepara o caldo de cultura do autoritarismo”. **O Estado de São Paulo** [2018]. Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em: 03/12/2023.

CAMPOS, L. “O que são Fake News?”. **Brasil Escola** [2018]. Disponível em: <www.brasilecola.uol.com.br>. Acesso em: 23/05/2023.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, C. “Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós verdade”. **Observatório da Imprensa** [2016]. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 14/11/2023.

CAVACA, A. G. *et al.* “‘Valor-saúde’: critérios epidemiológicos potenciais para a comunicação e saúde”. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, vol. 12, n. 1, 2018.

CHRISTOFOLETTI, R. “Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois”. **Revista Rumores**, vol. 12, n. 23, 2018.

COSTA, O. B. R. “Onde estamos? considerações sobre a modernidade, negacionismo, ciência e a covid-19”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 8, 2020.

D’ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DALMAZO, C.; VALENTE, J. C. L. “Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques”. **Media e Jornalismo**, vol. 18, n. 32, 2018.

DAVENPORT, L. “Aumento das fake news põe em risco os pacientes com câncer”. **Medscape** [2018]. Disponível em: <www.medscape.com>. Acesso em: 03/12/2023.

DRESCH, L. S. C. *et al.* “Fake news e vacinas na era ‘pós-verdade’”. **Tempus, Actas de Saúde Coletiva**, vol. 14, n. 2, 2020.

ELIAS, C. S. *et al.* “Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais”. **SMAD: Revista Eletrônica em Salud Mental, Alcohol y Drogas**, vol. 8, n. 1, 2012.

FALLIS, D. “What is disinformation?” **Library Trends**, vol. 63, n. 3, 2015.

FAUSTO NETO, A. “Midiatização, prática social - prática de sentido”. **Anais do XV Encontro Anual da COMPÓS**. Bauru: UNESP, 2006.

FIGUEIREDO A. *et al.* “Mapping global trends in vaccine confidence and investigating barriers to vaccine uptake: a large-scale retrospective temporal modelling study”. **Lancet**, vol. 396, 2020.

FISCHER, M. “Uma grande roubada. Na era do remix e da agregação, fica difícil definir o que é plágio”. **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 13, 2015.



FRUGOLI, A. G. *et al.* “Fake news sobre vacinas: uma análise sob o modelo dos 3Cs da Organização Mundial da Saúde”. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, vol. 55, 2021.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

GRANEZ, M. S. **De Gutenberg ao jornalismo pós-industrial**: o percurso do autor no webjornalismo do interior (Tese de Doutorado em Comunicação). Santa Maria: UFSM, 2018.

GRANOVETTER, M. “The strength of weak ties: a network theory revisited”. **Sociological Theory**, vol. 1, 1983.

GUIMARÃES, S. K.; CUNHA, L. A. G. “Meio Ambiente, Economia e Saúde Coletiva: Uma Conciliação Possível?”. *In*: SENHORAS, E. M. (org.). **Saúde Pública**: Contextos da realidade. Boa Vista: Editora IOLE, 2023.

GUROVITZ, H. “O inverno das redes sociais”. **G1** [2018]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 20/12/2023.

GUROVITZ, H. “Verdade, jornalismo e democracia. Parte I: o paradoxo”. **G1** [2016]. Disponível em: <www.g1.globo.com>. Acesso em: 20/12/2023.

HARARI, Y. N. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Porto Alegre: Editora L&PM, 2020.

HENRIQUES, C. M. P. “A dupla epidemia: febre amarela e desinformação”. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, vol. 12, n. 1, 2018.

HJARVARD, S. “Midiatização: Teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural”. **Matrizes**, vol. 5, n. 2, 2012.

ILLADES, E. **Fake News**: la nueva realidad. Ciudad de México: Grijalbo, 2018

MACHADO, C. C. V. *et al.* **Ciência contaminada**: analisando o contágio de desinformação sobre coronavírus via Youtube. São Paulo: INCT, 2020.

MARDA, V.; MILAN, S. **Wisdom of the Crowd**: Multistakeholder Perspectives on the Fake News Debate”. Philadelphia: Annenberg School for Communication, 2018.

MARTINS, A. G.; GONSALVES, R.; ESTEVAO, I. R. “Terraplanismo: perspectivas psicanalíticas de um movimento”. **Analytica**, vol. 11, n. 20, 2022.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Editora Cultrix, 1979.

OBJETHOS - Observatório da Ética Jornalística. **Guia de Cobertura Ética da Covid-19**. Florianópolis: UFSC, 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas. “OMS alerta para ‘campanhas de desinformação’ nas redes sociais sobre sarampo”. **ONU** [2019]. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 04/01/2024.



OPAS - Organização Pan-Americana Da Saúde. “Desinformação alimenta dúvidas sobre vacinas contra a COVID-19, afirma diretora da OPAS”. **OPAS** [2021]. Disponível em: <www.paho.org>. Acesso em: 05/01/2024.

OPAS - Organização Pan-Americana Da Saúde. “Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a Covid-19”. **OPAS** [2020]. Disponível em: <www.paho.org>. Acesso: 04/01/2024.

PASQUIM, H.; OLIVEIRA, M.; SOARES, C. B. “Fake news sobre drogas: pós-verdade e desinformação”. **Saúde e Sociedade**, vol. 29, n. 2, 2020.

PAULA, L. T.; BLANCO, Y. A.; SILVA, T. R. S. “Pós-verdade e fontes de informação: um estudo sobre fake news”. **Revista Conhecimento em Ação**, vol. 2, n. 1, 2018.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. **Disinfodemic**: Deciphering COVID-19 disinformation. Paris: Unesco, 2020.

RECUERO, R. “Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão”. **Raquel Recuero** [2009]. Disponível em: <www.raquelrecuero.com>. Acesso em: 03/12/2023.

RÊGO, A. R. “O mercado da desinformação ganha aliados com a tecnologia *deepfake*”. **Nujoc Checagem** [2020]. Disponível em: <www.nujocchecagem.com.br>. Acesso em: 02/09/2023.

ROBERTS, H. J. *et al.* “The Chinese approach to artificial intelligence: An analysis of policy, ethics, and regulation”. **AI and Society**, vol. 36, n. 1, 2021.

ROTHER, E. T. “Revisão sistemática x revisão narrativa”. **Acta Paulista de Enfermagem**, vol. 20, n. 2, 2007.

SACRAMENTO, I.; PAIVA, R. “Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil”. **Matrizes**, vol. 14, n. 1, 2020.

SANTOS-D’AMORIM, K.; MIRANDA, M. F. O. “Informação incorreta, desinformação e má informação: Esclarecendo definições e exemplos em tempos de desinfodemia”. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, vol. 26, 2021.

SENHORAS, E. M. (org.). **Saúde Pública**: Contextos da realidade. Boa Vista: Editora IOLE, 2023.

SHAO, C. *et al.* “The spread of misinformation by social bots”. **ArXiv**, 2017.

SILVA, M. P. **Produção, Comunicação e Representação do Conhecimento e da Informação**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020.

SOUZA, J. P. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Editora Argos, 2002.

SPINELLI, E. M.; SANTOS, J. A. “Jornalismo na Era da Pós-verdade: *fact-checking* como ferramenta de combate às *fake News*”. **Revista Observatório**, vol. 4, n. 3, 2018.

THE ECONOMIST. “Once considered a boom to democracy, social media have started to look like its nemesis”. **The Economist** [2017]. Disponível em: <www.economist.com>. Acesso em: 03/12/2023.



TWOREK, H.; LEERSSEN, P. “An Analysis of Germany’s NetzDG Law”. **Institute for Information Law** [2019]. Disponível em: <www.ivir.nl>. Acesso em: 28/12/23.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Jornalismo, fake news e desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: Unesco, 2019.

VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; CASTIEL, L. D.; GRIEP, R. H. “A sociedade de risco midiaticizada, o movimento antivacinação e o risco de autismo”. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 20, n. 2, 2015.

VIEIRA, L. M. V.; SILVA, N. R.; CORDEIRO, D. F. “Análise descritiva das fake news da saúde através de mineração de textos no Portal da Saúde”. **Anais do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste**. Goiânia: Intercom, 2019.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. “Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas”. **Revista de Diálogo Educacional**, vol.14, n. 41, 2014.

WISCHMEYER, T. “‘What is Illegal Offline is Also Illegal Online’ – The German Network Enforcement Act 2017”. In: PETKOVA, B.; OJANEN, T. **Fundamental Rights Protection Online: The Future Regulation of Intermediaries**. New York: SSRN, 2019.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1984.

XAVIER, A. N. O. *et al.* “Comunicação Digital da Saúde Pública no Brasil: Leitura de Gênero, Idade e Etnia nas Campanhas Publicitárias de Saúde”. In: SENHORAS, E. M. (org.). **Saúde Pública: Agendas Multidisciplinares**. Boa Vista: Editora IOLE, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VI | Volume 17 | Nº 49 | Boa Vista | 2024

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima